

O discurso e a institucionalização de uma área: o caso de Grimm e a Gramática Comparada

Raul de Carvalho Rocha*

<http://orcid.org/0000-0001-8118-3520>

Resumo: Discute-se neste trabalho o processo discursivo em que o germanista alemão Jacob Grimm (1785-1863) defende o estatuto de cientificidade da Gramática Comparada. Com base no quadro teórico-metodológico da Análise de Discurso francesa, buscaram-se, a partir do estabelecimento de uma matriz parafrástica em torno do estatuto de cientificidade, os processos históricos da produção do sentido atribuído ao *científico*, na medida em que a defesa desse estatuto a um campo de estudos põe em jogo a relação do sujeito com a língua na história.

Palavras-chave: Grimm. Gramática Comparada. discurso. ciência.

Discourse and the Institutionalization of a Field of Investigation: The Case of Grimm and Comparative Grammar

Abstract: This paper examines the discursive process through which German philologist Jacob Grimm (1785–1863) defends the scientific status of Comparative Grammar. Based on the theoretical and methodological framework of French Discourse Analysis, a paraphrastic matrix was established to explore the historical processes of meaning production attributed to *scientific status*, in that the defense of this status within a field of study brings to light the relation between the subject of enunciation and history.

Keywords: Grimm. Comparative Grammar. discourse. science.

Le discours et l'institutionnalisation d'un champ d'étude: le cas de Grimm et de la Grammaire Comparée

Résumé : Dans cet article, nous examinons le processus discursif par lequel le germaniste allemand Jacob Grimm (1785-1863) défend le statut scientifique de la Grammaire Comparée. S'appuyant sur le cadre théorique et méthodologique de l'Analyse de Discours française, nous avons établi une matrice paraphrastique autour du statut de scientificité et, à travers elle, nous avons recherché les processus historiques de production du sens attribué au *scientifique*, dans la mesure où la défense de ce statut à un domaine d'études met en jeu la relation entre le sujet de l'énonciation et l'histoire.

Mots-clés: Grimm. Grammaire Comparée. discours. science.

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Letras, com concentração em Estudos da Linguagem, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: raul.caarvalho@gmail.com.



1 Um sentido para começar

No início do século XIX, as universidades alemãs assistiram à emergência de uma nova disciplina: a Gramática Comparada. Fundada por Franz Bopp (1791-1867) em 1816, ano da publicação de *Über das Konjugationssystem der Sanskritsprache*, a Gramática Comparada rapidamente viu o número de obras que aplicavam o método comparativo ao estudo das línguas indo-europeias crescer. Em 1822, apenas seis anos após a publicação da obra de Bopp, Jacob Grimm (1785-1863) publicou a segunda edição de sua *Deutsche Grammatik*, com a qual introduziu efetivamente o método histórico nos estudos linguísticos (Auroux; Bernard; Boulle, 2000). A partir de então, o método histórico-comparativo tornou-se o tratamento hegemônico da pesquisa produzida pela Gramática Comparada (Trabant, [2008] 2020), a qual, ao longo do século XIX, representava a própria ciência Linguística.

A reunião de indivíduos em torno de um programa de pesquisa não é um gesto sem consequências. O surgimento de um novo campo de estudos é um *fato*. Enquanto tal, ele reclama uma tomada de posição que demanda a articulação de uma defesa de sentidos a respeito de seu estatuto. A constituição de um campo por pesquisadores, portanto, exige de seus praticantes a defesa de sentidos de sua pesquisa e da própria reunião. Grimm, enquanto expoente do campo, realiza discursivamente uma tomada de posição em que se produz uma defesa de sentidos. É dessa tomada que me ocupo, na medida em que ela revela a sua interpelação em sujeito: ele está condenado a interpretar, isto é, a *significar*. Orlandi (2013) observa que:

É o acontecimento do objeto simbólico que nos afeta como sujeitos. Algo do mundo tem de ressoar no ‘teatro da consciência’ do sujeito para que faça sentido [...] Há condições para que ele surta seus efeitos [...] Para ressoar, é preciso a forma material, a língua-e-a-história (Orlandi, 2013, p. 76-77).

O estatuto que Grimm atribui à Gramática Comparada é o de *ciência*. A Gramática Comparada, diz ele, alçou, enfim, o estudo da linguagem ao patamar de uma ciência. No entanto, quais processos estão em jogo e fazem funcionar o sentido de *ciência* atribuído a esse conjunto de estudos? É isso que me proponho a analisar, considerando a conjuntura na qual se dá a tomada de posição quanto a esse estatuto por Grimm, qual

seja: (I) a Gramática Comparada é um campo de estudos que se institucionaliza exponencialmente a partir do começo do século XIX na Alemanha, justamente no período em que a Universidade alemã passa por uma reestruturação; (II) Grimm é um dos expoentes dessa disciplina, geralmente localizado em suas origens, como um de seus fundadores (Auroux; Bernard; Boulle, 2000). Ele é, portanto, membro de uma comunidade científica, a qual pode ser considerada uma *formação social*, como diz Moirand (2020, p. 154), o que implica a presença de posições ideológicas; (III) o programa de estudo das línguas indo-europeias desenvolvido pela Gramática Comparada conjugasse às aspirações políticas alemãs de unidade; e, por fim, (IV) por defender-se no âmbito do próprio comparatismo oitocentista uma ruptura epistemológica em relação aos estudos linguísticos precedentes, o que, de acordo com Pêcheux e Balibar (1971), caracteriza o surgimento de uma nova ciência e produz efeitos sobre os discursos possíveis em uma conjuntura.

2 Grimm e a Gramática Comparada: sentido, sujeito e instituição

Como foi dito, um novo campo de estudos começa a delimitar-se no início do século XIX. As obras que vieram a ser consideradas como marcos delimitadores desse novo campo surgiram em um espaço de tempo relativamente curto: em 1816, vê-se Bopp e a sua *Über das Konjugationssystem der Sanskritsprache*, considerada a fundadora da Gramática Comparada; Ramus Rask (1787-1832) publicou o seu *Undersøgelse om det gamle Nordiske eller Islandske Sprogs Oprindelse* em 1818; Jacob Grimm, germanista alemão amplamente conhecido pela compilação, com o seu irmão, Wilhelm Grimm (1786-1859), de contos extraídos do folclore alemão, publicou o primeiro volume de sua *Deutsche Grammatik* em 1819 e o segundo, em 1822; um pouco antes de Bopp, Friedrich Schlegel (1772-1829) publicara *Über die Sprache und Weisheit der Indier*, em 1808, no qual traz a expressão que batizou esse novo campo: “*vergleichen Grammatik*”. Todos esses autores, à exceção de Rask, são alemães. A Gramática Comparada desenvolveu-se

exponencialmente nos centros universitários alemães. É uma disciplina alemã (Amsterdamska, 1987).

Conforme Henry (1997, p. 16), Pêcheux concebe que toda ciência se produz por “[...] uma mutação conceitual num campo ideológico em relação ao qual esta ciência produz uma ruptura” por meio de “[...] um movimento que tanto lhe permite o conhecimento dos trâmites anteriores quanto lhe dá garantia de sua própria cientificidade”. O surgimento da Gramática Comparada na Alemanha coincidiu cronologicamente com o fortalecimento dos estudos das Gramáticas Gerais na França. Morpurgo Davies (1998) observa que, no período que vai do fim do século XVIII até as primeiras três décadas do século XIX, a reflexão linguística francesa intensifica a criação de espaços nos quais as reflexões mais “filosóficas” prosperam: são criadas revistas, obras do gênero são reeditadas e espaços são abertos nas instituições. Ora, a França no século XVIII era um influente centro cultural e científico da Europa. Apesar desse seu estatuto, é a Universidade alemã que passa por uma reestruturação no início do século XIX, vindo a constituir-se o modelo para as universidades modernas europeias e ocidentais — sobretudo a Humboldt-Universität zu Berlin, fundada em 1810. O contraste entre o centro de pesquisa francês e as condições materiais das universidades alemãs é digno de atenção.

A ruptura operada pelo surgimento de um campo de estudos inevitavelmente demanda uma tomada de posição, que explicita a relação do sujeito com a formação ideológica na qual se efetiva essa tomada. Afinal, em Análise de Discurso (AD) se concebe que “[...] a ideologia é constitutiva de todo e qualquer discurso e de toda e qualquer tomada de posição do sujeito, sob dadas condições de produção” (Petri; Silva, 2016, p. 13). E o sujeito de que trata a AD não é o sujeito empírico, mas a posição-sujeito que se projeta no discurso (Orlandi, 2017). Essa projeção implica relações de sentido com outros dizeres, com os quais essa posição poderá discordar e os quais poderá refutar ou ratificar, isto é, colocar-se “em relação a” de modo a produzir efeitos de sentido. Os efeitos de sentido não são dissociados da posição social que ocupam os sujeitos em uma dada formação social. Isso porque, em sendo o sujeito do discurso aquele que se projeta em uma posição discursiva e não o sujeito físico, disso decorre que as suas práticas discursivas carregam as marcas ideológicas de sua posição social, a partir da qual o seu

discurso se colocará em relação a outros dizeres de outras posições e de outras formações discursivas e/ou ideológicas (Pêcheux, [1969] 1997; Orlandi, 2017).

Assinalei ao início o lugar que Grimm ocupa no surgimento da Gramática Comparada: ele é tido como um de seus fundadores e como o responsável por introduzir o método que constituirá o tratamento hegemônico da linguagem no século XIX. Logo, a posição que ocupa nessa formação social — isto é, a comunidade científica — é passível de ser marcada no discurso. Afinal, toda formação social apresenta formações ideológicas capazes de “[...] intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica” que caracteriza uma formação social dada (Pêcheux; Fuchs, [1975] 1997, p. 166). Sendo o discurso um dos aspectos da materialidade ideológica de uma formação social, as formações ideológicas dessa formação social comportam formações discursivas interligadas, que “[...] determinam o que pode e o que deve ser dito [...] a partir de uma posição dada em uma conjuntura” (Pêcheux; Fuchs, [1975] 1997, p. 166). Diante disso, Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997, p. 167) concluem que “[...] toda formação discursiva deriva de condições de produção específicas” identificáveis a partir das relações que mantêm com as formações sociais e ideológicas em uma conjuntura dada.

Orlandi (2017) afirma que as condições de produção incluem sujeito e situação. Por situação, compreende-se não só o contexto imediato em que se produz um enunciado, mas também o contexto sócio-histórico mais amplo. Isso posto, consigo avançar no meu objeto de análise, advindo de um contexto imediato que me permite realizar essa passagem para as suas condições de produção mais amplas. Em 1851, Grimm proferiu uma conferência na Preußische Akademie der Wissenschaften zu Berlin, intitulada *Über den Ursprung der Sprache* [*Sobre a origem da linguagem*]. Eis que, nessa conferência, deparo-me com essa sequência: “Podemos até mesmo afirmar que, em nosso século, assistimos à ascensão desses estudos [da linguagem] ao patamar de uma ciência” (Grimm, [1851] 1859, p. 6)¹.

O tom de ruptura é claramente assumido por Grimm na materialidade linguística, na qual se reconhece uma fase *pré-científica* ou *a-científica* dos estudos linguísticos e uma fase efetivamente *científica*. Mas, afinal, o que faz esses estudos que irrompem no

¹ No original: “On peut même dire que notre siècle a, le premier, vu cette étude s’élever au rang d’une science”.

século XIX serem científicos? A necessidade de marcar esse estatuto não é casual e demanda outras questões: o que caracteriza o *científico*? Quais os argumentos são mobilizados na defesa do estatuto de *cientificidade*?

Antes, vejamos o que diz Orlandi (2000) sobre a história:

Uma história se conta por acontecimentos, por fatos que irrompem do/no cotidiano e que se marcam porque, ao se produzirem, fazem sentido, reclamam interpretação, demandam, como diz P. Henry, que lhe encontremos causas e conseqüências. E eu acrescentaria, como texto, essa história, com seus sentidos, tem de obedecer [a] alguns princípios, entre os quais, e não menos importante, o da não-contradição. Mas essa história é feita por homens. Que, nessa posição que estamos considerando, são autores de ciência e isto tem sua particularidade. Uma delas é a de comprometer-se, de um lado, com uma certa ordem de discurso e, de outro, com as instituições tal como elas administram o conhecimento dentro de uma formação social, tomada na história.

A partir disso, reflito sobre as questões anteriores, considerando os efeitos que um fato como o surgimento de um campo no interior da instituição universitária produz sobre o funcionamento discursivo de uma afirmação como a de Grimm de que somente no século XIX um estudo científico da linguagem foi produzido. Então, é possível ainda questionar o seu grau de comprometimento com a ordem do discurso e as instituições que administram o conhecimento. Para compreender os efeitos de sentido possíveis atribuídos ao “científico”, é preciso situar o processo discursivo do supracitado recorte, o que, como propõem Haroche, Pêcheux e Henry ([1971] 2020, p. 34-36), necessita de ser feito em relação às condições de produção que caracterizam uma formação discursiva determinada. Na medida em que, conforme afirmam Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997, p. 167), toda formação discursiva deriva de condições de produção, o funcionamento discursivo em uma formação dada é definido “em referência ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto do discurso” (Pêcheux, [1969] 1997, p. 78). Mecanismo esse a que se chama justamente *condições de produção do discurso* (Pêcheux, [1969] 1997, p. 78), das quais a matriz parafrástica pode fornecer os indícios.

As paráfrases discursivas, conforme Courtine e Marandin (2016, p. 35-36), “[...] manifestam a presença de *invariantes* – coocorrências, em uma sequência discursiva, de um conjunto de marcas formais (palavras, sintagmas, formulações...) que são recorrentes no conjunto de sequências discursivas de um *corpus* [...]”, e permitem refletir sobre as condições de produção do discurso, visto que essa noção “[...] só se sustenta na possibilidade de operar o fechamento de um espaço discursivo em que a

retomada esteja assegurada” (Courtine; Marandin, 2016, p. 36). Abaixo, busco levantar as invariantes que estabelecem uma matriz parafrástica que atua na produção de sentidos do estatuto de cientificidade que é defendido para a Gramática Comparada:

Sequência Discursiva I

[...] após essa época [1770], a ciência da linguagem foi renovada, senão totalmente, ao menos em suas partes essenciais [...].²

Sequência Discursiva II

Porque os progressos do método linguístico, em termos de rigor e sutileza [...].³

Sequência Discursiva III

A textura própria da linguagem atraía pouco a atenção [...]. Assim, as formas gramaticais mais impressionantes não se tornaram matéria de exame [...].⁴

Sequência Discursiva IV

[...] sem fazer progredir em nada o estudo da anatomia da linguagem.⁵

Sequência Discursiva V

[...] foi, precisamente, a comparação minuciosa de suas estruturas e a explicação de uma por meio da outra.⁶

Sequência Discursiva VI

[...] a analogia destas duas ciências [a Linguística e a História Natural] é notável, sobretudo, no tocante às suas imperfeições iniciais e ao progresso de seus métodos.⁷

Sequência Discursiva VII

Sou avesso a conceitos lógicos gerais na gramática; eles emprestam à definição um rigor e uma coerência ilusórios, e obstruem a observação, na qual eu vejo a alma da ciência da linguagem.⁸

Sequência Discursiva VIII

Se ignorarmos a observação que, indubitavelmente confiável, constitui o âmago de toda teoria desde o início, nunca nos aproximaremos do insondável espírito da língua.⁹

Num primeiro gesto de análise, a partir do qual opero um primeiro esforço rumo à de-superficialização e à de-sintagmatização do texto, é possível pressupor alguns

² No original: “depuis cette époque la science du langage a été renouvelée, sinon totalement, du moins dans ses parties essentielles” (Grimm, [1851] 1859, p. 6).

³ No original: “car le progrès des méthodes linguistiques, en rigueur et en délicatesse” (Grimm, [1851] 1859, p. 6).

⁴ No original: “La texture même du langage attirait peu l’attention [...]; et c’est ainsi que les formes grammaticales les plus surprenantes restaient en dehors de tout examen” (Grimm, [1851] 1859, p. 7).

⁵ No original: “sans faire progresser en rien l’étude de l’anatomie du langage” (Grimm, [1851] 1859, p. 7).

⁶ No original: “c’était précisément la comparaison approfondie de leur structure et l’explication de l’une au moyen de l’autre” (Grimm, [1851] 1859, p. 7).

⁷ No original: “l’analogie de ces deux sciences est surtout remarquable au point de vue de l’imperfection première et des progrès de leurs méthodes” (Grimm, [1851] 1859, p. 8).

⁸ No original: “En grammaire, je suis hostile aux concepts logiques généraux; ils confèrent aux positions une apparence de rigueur conclusive, mais ils entravent l’observation, que je considère comme l’âme de la recherche linguistique” (Grimm, 1822 apud Auroux; Bernard; Boulle, 2000, p. 159).

⁹ No original: “Si on ne fait pas cas des constations qui, avec leur certitude factuelle, se rient d’éblée de toute théorie, on ne se rapprochera jamais de l’insondable esprit de la langue” (Grimm, 1822 apud Auroux; Bernard; Boulle, 2000, p. 159).

traços da formação discursiva que caracteriza as sequências. Desse modo, as materialidades recolhidas apontam de duas maneiras distintas, mas interligadas, para a definição de um estatuto de cientificidade para a Gramática Comparada no século XIX e que vêm a constituir-se como uma matriz parafrástica. A primeira dessas maneiras diz respeito aos métodos empregados para o estudo da língua (SD II, III, IV, V, VI, VII, VIII). A “renovação” (SD I) dos métodos, por sua vez, pressupõe uma concepção do objeto língua/linguagem, ainda que esta não esteja explicitamente evocada, mas que valida a aplicação dos “novos” métodos e invalida outros (SD IV, V, VII, VIII). O reconhecimento dos métodos “adequados” para explicar o objeto *língua* (SD V, VII, VIII) alia-se à segunda maneira de marcar o estatuto de uma ciência da linguagem, isto é, o direcionamento do olhar para a estrutura *interna* da(s) língua(s), para a sua organização interna, e explicá-la em relação à organização de outra(s) língua(s) (SD III, IV, V, VII, VIII). Tais sequências “culminam” na primeira das materialidades escolhidas para este exame, qual seja: “Podemos até mesmo afirmar que, em nosso século, assistimos à ascensão desses estudos [da linguagem] ao patamar de uma ciência”, visto que organizam os termos dessas sequências discursivas referentes ao que é produzir um saber científico sobre a língua.

No parágrafo anterior, observei minimamente na base linguística o mecanismo de produção do objeto do discurso — o estatuto de cientificidade — cujo processo se constitui sobre essa base (Pêcheux; Fuchs, [1975] 1997, p. 179). Agora, passo para o mecanismo de colocação do(s) protagonista(s), pois é a articulação desses mecanismos que constitui o funcionamento discursivo (Pêcheux, [1969] 1997, p. 78). Recordo, portanto, a posição de Grimm no momento de sua produção científica: ele assume a posição social de filiação teórica e institucional à vertente de investigação que se forma em torno da Gramática Comparada. Em seu discurso, é essa posição que se projeta. Essa filiação é importante, pois ela é o lugar da relação do sujeito com a memória, com a ideologia, com a interpretação (Orlandi, 2013, p. 53). Como diz Orlandi (2001, p. 34), ao falar, o sujeito filia-se a redes de sentidos previamente constituídas sem se dar conta, pois nisso consiste a sua interpelação em sujeito. Ao filiar-se e esquecer-se, o sujeito “deixa-se” afetar pelo que Orlandi (2013, p. 53) chama de “[...] o fantasma da ciência régia (como o do sujeito onipotente, ou o do sentido literal)”, por meio do qual ele estabelece relações, por vezes tensas, com outros sentidos possíveis.

A referida interligação entre os dois modos distintos de marcar o estatuto de cientificidade da Gramática Comparada vem justamente desse esquecimento e desse fantasma, pois tratam de gestos de interpretação de um sujeito interpelado pela ideologia: o reconhecimento de métodos mais adequados que outros e o seu direcionamento para a estrutura interna são efeitos da relação do sujeito com a ideologia na materialidade da língua, pois não há sentido sem interpretação e não há interpretação sem ideologia (Orlandi, 2001). De volta às sequências discursivas, destaco a identificação de métodos *novos*. Antes de prosseguir, voltemos mais um pouco no tempo. Aroux e Hordé (1992) e Morpurgo Davies (1998) destacam as diferentes vias pelas quais foram construídos os arquivos que possibilitaram a Gramática Comparada: por um lado, as pesquisas filosóficas sobre a relação *língua(gem)-pensamento* a partir das diferentes línguas da Europa, mas também da América, que realizaram um trabalho de coleta de dados de diferentes línguas; por outro, a pesquisa etnográfica, que buscava determinar a história dos povos pela história das línguas. Essas pesquisas, como bem mostram Aroux e Hordé (1992), produziram grandes compilações de dados que permitiram as pesquisas dos comparatistas.

Se, em certa medida, os dados com os quais lidavam os comparatistas foram proporcionados por pesquisas que não se inscreviam nessa perspectiva, em que consiste a dita novidade comparatista? Parece-me que a novidade não é exatamente o *dado*, mas a *leitura* que se faz do dado em uma conjuntura determinada e marcada por seu *acúmulo*, o que possibilita um *deslocamento* dos problemas investigados para outro espaço de problemas. Para Pêcheux e Balibar (1971), é exatamente esse deslocamento que implica o surgimento de um novo campo científico, pois, a partir dele, operar-se-ão as demarcações que produzirão uma ruptura com a conjuntura ideológica na qual esse campo se origina. Desse modo, o autor diz que toda ciência é a ciência da ideologia com a qual rompe (Pêcheux *apud* Henry, 1997, p. 16). Em se tratando do objeto de que me ocupo, vale registrar que esse deslocamento se opera conjugado às aspirações políticas vigentes na Europa oitocentista e, muito particularmente, às aspirações alemãs, como será visto mais adiante. Importa agora frisar que esses “dados deslocados” receberão no âmbito institucional das universidades alemãs um tratamento preciso e sistemático pela Gramática Comparada. Tratamento esse que os (re)configurará enquanto *arquivo*. E o arquivo produz *memória*.

2.1 Arquivo e Memória

Orlandi (2013, p. 12) afirma que, em *Análise de Discurso*, “[...] o arquivo é o discurso documental, memória institucionalizada”. Essa memória possui relações bastante complexas com o saber discursivo, isto é, “[...] o interdiscurso, que é a memória irrepresentável, que se constitui ao longo de toda uma história de experiência da linguagem”. Orlandi (2013) rememora Auroux (1989), historiador das ideias francês, que distingue, entre as práticas de narrar a História da Linguística, aquelas que assumem o papel fundador. Isso significa que elas se voltam ao passado para legitimar uma prática científica contemporânea ao narrador. Esse retorno, para Auroux (1989, p. 14), demonstra que a ciência não destrói o seu passado, como diz Kuhn (1969), mas o *seleciona*. “Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber”¹⁰. Isso implica do narrador, para Auroux (1989), horizontes de retrospectção e de projeção. Orlandi (2013, p. 12-13) então observa que, em AD, é justamente o sujeito observado em seus horizontes que é crucial, na medida em que revela não “a reconstrução de uma história”, mas os modos pelos quais ele a conta e, portanto, confere-lhe *sentido*.

As obras das quais se originam o meu *corpus*, *Deutsche Grammatik* (1822) e *Über den Ursprung der Sprache* (1851), não são obras historiográficas; a sua contribuição é outra: pensar sobre a linguagem. Por outro lado, o discurso de seu autor revela pistas da relação deste com os seus horizontes de retrospectção e projeção, e, portanto, dos modos como o sentido é atribuído a esses estudos — dos quais ele próprio é um expoente — a partir de seus horizontes. Tendo isso em atenção, a produção de um discurso que sinaliza para o que é produzir conhecimento é então tomada por mim como objeto, na medida em que (I) trata da produção de conhecimento sobre um objeto preciso — a *língua* —, o qual é partilhado por outros estudos, e (II) situa essa produção como *científica*, contrapondo-a a outras formas de conhecer esse objeto. O levantamento da matriz parafrástica, feito anteriormente, coloca-me então diante do processo discursivo, a partir do qual é possível refletir sobre o funcionamento do discurso e a produção de sentido (Orlandi, 2017, p. 19).

¹⁰ No original: “*Sans mémoire et sans projet, il n’y a tout simplement pas de savoir*”.

Pêcheux (*apud* por Orlandi, 2017, p. 19) compreende por processo discursivo um “sistema de relações de substituição, paráfrases [...] que funcionam entre elementos linguísticos – significantes – em uma formação discursiva dada”. Logo, é preciso recorrer à definição de formação discursiva (FD), pois são as FD que presidem a organização dos termos nas sequências discursivas que constituem esse processo (Orlandi, 2017), ao mesmo tempo que esclarecem a existência de um deslize de sentidos entre as palavras. Indursky (2008), a partir de Pêcheux ([1975] 1995), afirma que a noção de formação discursiva corresponde a um domínio de saber que, constituído de enunciados discursivos, representa um modo de relacionar-se com a ideologia vigente, o qual regula o que pode e deve ser dito. É na relação do sujeito com uma determinada FD que se pode compreender o funcionamento do sujeito no discurso, visto que é justamente a sua identificação com a FD que o domina que o constitui enquanto tal (Indursky, 2008). Essa relação é ilustrada por Orlandi (2013, p. 23): “É assim que palavras como democracia significa ‘x’ para um partido e ‘y’ para outro”. Os diferentes modos de significar estão imbricados à relação de identificação do sujeito com uma FD, a qual constitui a “projeção, na linguagem, das formações ideológicas” (Orlandi, 2017, p. 20).

A identificação do sujeito com uma determinada FD e os enunciados que a constituem implica uma memória a partir da qual se atribuem sentidos às palavras, na medida em que ela traz consigo as possibilidades do dizer de uma determinada FD assentadas na repetição. A memória então não corresponde a todos os sentidos possíveis, como o interdiscurso, mas aos sentidos autorizados por uma determinada FD que opera recortes no interdiscurso, os quais dão lugar à falha. Afinal, é inerente a toda repetição a possibilidade de deslizamentos. Essa possibilidade nos conduz a atentarmos para a materialidade histórica da língua, pois a palavra não é transparente, não é dotada de um sentido em si — ainda que, para o sujeito, ela o seja. Em outras palavras, é preciso ocupar-se da *constituição histórica do sentido* (Orlandi, 2013, p. 26). Memória e sentido, então, articulam-se através das relações dos sujeitos com uma determinada FD, relação essa que se dá pela língua, a materialidade do discurso, que é, por sua vez, a materialidade da ideologia.

No caso de meu *corpus*, é justamente a defesa do estatuto de cientificidade das práticas da Gramática Comparada, por Grimm ([1851] 1859), que me permite recuperar o eco da memória (e de suas contradições), “[...] esta que, ao dizer, esquece e, ao esquecer,

mostra que ela funciona pela ideologia e trabalha pelo político” (Orlandi, 2000). A memória a que me refiro é a *memória de arquivo*. Orlandi (2017) destaca que, diferentemente do interdiscurso, a memória de arquivo não é marcada pelo esquecimento. Sendo o discurso documental memória institucionalizada, ela está disponível nos arquivos das instituições. No entanto, o arquivo, isto é, documentos concernentes e postos à disposição sobre uma questão (Pêcheux, 1994), são construídos por gestos de leitura e interpretação, realizados pelas práticas institucionais em uma formação ideológica determinada, as quais direcionam os sentidos e produzem uma “memória estabilizada” (Nunes, 2008, p. 82). Sendo o esquecimento constitutivo da memória, o gesto de leitura que constrói o arquivo e, portanto, determina a maneira como se deve lê-lo e apreendê-lo, é apagado da memória de arquivo.

O esquecimento do gesto de construção arquivística e os efeitos da memória de arquivo na produção de efeitos de sentidos é tão imperativo e determinante da prática discursiva que implica o assujeitamento do sujeito em seu discurso. Este, ao significar, significa-se, faz-se sujeito de discurso. É assim que o próprio Grimm ([1851] 1859), ao afirmar que os estudos linguísticos que não se servem da comparação não são científicos (e, portanto, ao significar *ciência* em uma formação ideológica dada), ele próprio se serve da comparação para discutir a sua questão linguística e, portanto, para inscrever-se e significar-se, ele também, como sujeito produtor de cientificidade sobre a língua. A sua identificação com uma determinada formação discursiva em que atua a memória de arquivo direciona os sentidos de seu discurso, não só em termos do que é produzir conhecimento científico sobre a língua, mas na sua própria produção de conhecimento sobre esse objeto, pois, recordo Orlandi (2000), o sujeito de que trato é, também, autor de ciência. Vejamos apenas um dos exemplos que eu poderia trazer da obra *Über den Ursprung der Sprache* para ilustrar essa articulação:

[...] a palavra alemã *Hahn* [galo], em gótico *Hana*, designa uma ave que canta e, conseqüentemente, prova a existência de um verbo antigo *hanan*, que corresponde ao sânscrito *kan*, ao latim *canere*, e cuja flexão da vogal produziu em gótico *hôn*, em alto-alemão *huon*; é isso que explica a existência das palavras *Huon*, em alemão moderno *Huhn* (Grimm, [1851] 1859, p. 44)¹¹.

¹¹ No original: “le mot allemand *hahn*, *coq*, *gothique hana*, désigne l’oiseau qui chant, et prouve par conséquent l’existence d’un ancien verbe *hanan*, qui correspond au sanscrit *kan*, latin *canere*, et dont la flexion vocale nous donne en gothique *hôn*, haut allemand *huon*; ce qui explique l’origine des mots *huon*, allemand moderne *Huhn*”.

Sendo assim, Courtine e Marandin (2016, p. 38) afirmam que o conceito de formação discursiva em AD regula a sua referência à interpelação-assujeitamento do indivíduo em sujeito de seu discurso, o que permite ao sujeito as suas práticas discursivas. Afinal, Pêcheux ([1975] 1997, p. 165-166) diz que o assujeitamento do sujeito o faz ser “[...] conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo a sua livre vontade, a ocupar o seu lugar”. Essa identificação do sujeito com uma dada posição em uma conjuntura revela “[...] a necessária relação entre um discurso e seu lugar em um mecanismo institucional extralinguístico” (Pêcheux, [1969] 1997, p. 77).

Trabant ([2008] 2020, p. 76-77) bem assinala que a pesquisa linguística produzida pelos comparatistas possui estreitas relações com a conjuntura política europeia e, muito particularmente, a alemã, marcada pela busca por uma *unidade* — e, no caso da Alemanha, pela unidade com outros povos europeus. “Essa unidade alemã tão desejada se encontrava na língua”, diz o autor (Trabant, [2008] 2020, p. 77). Nessa conjuntura, Trabant ([2008] 2020) também destaca o prestigioso papel exercido pelas universidades, primeiramente na própria Alemanha, e posteriormente em toda a Europa: elas representavam “[...] um lugar de pesquisa mais do que de formação direta. As universidades alemãs, inicialmente, e as europeias, em seguida, fundamentavam as pesquisas linguísticas com um sólido quadro profissional e institucional” (Trabant, [2008] 2020, p. 77-78). Similarmente, Amsterdamska (1987) observa que, ao longo do século XIX, a institucionalização de uma prática científica significava, entre outras coisas, a sua profissionalização. Prossegue a autora:

Formação e carreira científicas tornaram-se interligadas: cientistas eram primeiramente formados nas universidades e, depois, indicados a cargos de pesquisa e ensino nas universidades. Nesse momento, institucionalização significava que as universidades detinham um monopólio efetivo sobre a formação científica. Apenas aqueles treinados em ciência nas universidades possuíam direito legítimo à *expertise* científica e poderiam ingressar em carreiras científicas (ou entrar em qualquer carreira que requisitasse *expertise* científica) (Amsterdamska, 1987, p. 22)¹².

¹² No original: “*Scientific education and scientific careers became patterned: scientists were first educated at the universities, then appointed to positions as researchers and teachers at the universities. In time, this institutionalization meant that the universities held an effective monopoly over scientific education. Only those trained in science at the universities possessed a legitimate claim to scientific expertise and could then embark on careers in science (or enter any career requiring scientific expertise)*”.

O gesto de leitura, que seleciona o arquivo e direciona os sentidos de sua leitura, é então marcado por uma busca pela unidade *da* e *na* língua, busca essa que se conjuga com a conjuntura política na qual estava inserida a Europa, mas sobretudo a Alemanha do século XIX. Considerando-se o prestígio que adquire a instituição universitária perante o ambiente intelectual, ocorre, efetivamente, um deslocamento do problema para outro espaço, não só institucional, isto é, a Universidade, mas igualmente *ideológico*, em relação ao qual funcionam as instituições. Essa conjugação implica que a comparação das diferentes línguas forneça a unidade, que passa a ser apreendida não mais pela suposição de uma razão humana universal, mas pela matéria constitutiva da própria língua, dir-se-á, de sua *anatomia* (SD IV). É por meio desta que se pode explicitar o efetivo *parentesco*, o qual explicita a unidade. A leitura do dado é outra: opera-se um recorte na formação ideológica, na medida em que, como nota Trabant ([2008] 2020, p. 58), a busca pela unidade é, também, característica das Gramáticas Gerais francesas, por exemplo, mas sob outra via de acesso. Ora, como afirmam Haroche, Pêcheux e Henry ([1971] 2020, p. 34), cada formação ideológica comporta necessariamente formações discursivas várias, as quais, outra vez, determinam o que pode e deve ser dito “a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada”.

Sendo a Universidade alemã um espaço de pesquisa e, portanto, de produção do conhecimento, ocorre que o acolhimento dessas pesquisas resulta em produção de conhecimento que não é meramente “especulativo”, mas *empírico*. As propriedades buscadas são agora apreensíveis pelo dado, não de um *a priori* suposto na razão e no espírito humanos em sua universalidade. Se a formação ideológica, comum aos países europeus no século XIX, é a da busca pela unidade, a formação discursiva que se desenvolve conjugada à especialização da universidade alemã é outra: busca-se a unidade, mas a possibilidade de encontrá-la advém de outra maneira de *ler o dado*. O gesto de leitura então faz o arquivo, e esse produz uma memória que apaga o gesto ideológico de leitura que lhe é constitutivo. Essa outra forma de ler o dado/arquivo conduz a conclusões distintas, que fazem com que as leituras que não lhe correspondam fiquem de fora do escopo da Gramática Comparada. Deixadas de fora, elas perdem a validade científica, dado o espaço cedido à Gramática Comparada nas universidades e a autoridade de que se reveste o sujeito, no âmbito universitário alemão, enquanto autor de ciência. É precisamente essa diferenciação nos procedimentos operados por uma

ciência nascente em relação à formação ideológica na qual ela se constitui que permite a realização de uma ruptura epistemológica com essa ideologia (Petri; Silva, 2016), daí a articulação da defesa do estatuto de cientificidade da Gramática Comparada em torno do *método*.

A articulação do problema da origem da linguagem e dos métodos que caracterizam um modo científico de pensar sobre as questões linguísticas é claro na citação anterior de Grimm ([1851] 1859, *cf. supra*): tem-se, em uma mesma materialidade, o conhecimento linguístico, a comparação, a explicação de uma pelas outras, enfim, um olhar internalizado, pois a unidade está na língua. O próprio procedimento destaca a aproximação que une as diferentes línguas, de modo que o sujeito necessariamente frisa a explicação de “uma pelas outras” (SD V). Essas práticas, advindas dos documentos que constituem o arquivo, e o seu acolhimento pela figura institucional da Universidade alemã atuarão sobre a produção de uma memória que produz efeitos de sentido sobre o *científico*.

Recordo que Orlandi (2013) destaca as relações complexas entre a memória de arquivo e o interdiscurso. Este

[...] consiste em um processo de *reconfiguração incessante* no qual uma FD é levada, em função das posições ideológicas que essa FD represente em uma conjuntura determinada, a incorporar elementos pré-construídos produzidos no seu exterior, para nela produzir a redefinição ou o retorno, para igualmente evocar seus próprios elementos, para organizar sua repetição, mas também para provocar nela o apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação (Courtine; Marandin, 2016, p. 39-40).

Dessa forma, as sequências levantadas remetem a um efeito de sentido sobre o fazer científico produzido pela memória de arquivo, cuja consequência é a não-atribuição do estatuto de cientificidade àqueles que não empregam o método hegemônico da pesquisa linguística alemã. Essa rejeição é claramente posta na primeira das sequências levantadas: “Podemos até mesmo afirmar que, em nosso século, assistimos à ascensão desses estudos [da linguagem] ao patamar de uma ciência”. A precisão do sentido passa pela exclusão, pelo recorte. As considerações sobre o método (SD IV, VII, VIII), caracterizado nas sequências pelo exame e pela observação, atrelam-se ao sentido de científico, de modo que se apaga o gesto de seleção dos documentos e de leitura por parte da instituição ou de uma vertente teórica que se institucionaliza nas universidades alemãs, como é o caso da Gramática Comparada.

O lugar dado à pesquisa linguística comparatista na Universidade, o prestígio desta e a sua inclinação à pesquisa e à profissionalização implicam que a verdadeira pesquisa científica é a que opera com a comparação e o exame baseados na observação. Esta, sim, capaz de fornecer as aproximações necessárias à busca pela unidade *da* e *na* língua. Decorre daí que o deslocamento do problema da unidade para outro espaço ideológico repercute no ambiente intelectual e, conseqüentemente, nas práticas acadêmicas da Universidade, espaço de acúmulo da construção arquivística, a qual, por sua vez, produz efeitos de sentidos sobre o fazer científico ou o trato científico da língua. Ressalto a recorrência, no âmbito da Gramática Comparada, da defesa do estudo comparativo das línguas “por elas mesmas” (Grimm, [1851] 1859). Isso marca uma oposição aos estudos que buscavam traçar a história dos povos pela história das línguas — cujas obras, recordo, constituíram os dados que construíram o arquivo da Gramática Comparada — ou que buscavam o sentido do texto em detrimento do estudo da organização interna das línguas. Portanto, há conflito e a necessidade de marcar, pelo discurso, os limites de atuação da Gramática Comparada e, portanto, de significar a pesquisa.

Que isso ocorra justamente entre os alemães não parece ser casual, pois, retomo Trabant ([2008] 2020), a unidade desejada pelos alemães está *na* língua; é preciso estudá-la por ela mesma. A demarcação de limites é um dos efeitos produzidos pela ruptura epistemológica operada por uma “ciência nova” em uma conjuntura. Tal ruptura, como notam Pêcheux e Balibar (1971), fornece pistas das configurações ideológicas na qual ela ocorre, pois, uma vez consumada, ela (in)validará discursos outros nessa conjuntura. É justamente nesse espaço discursivo que a tomada de posição se coloca, pois, com ela, “[...] o sujeito considera/desconsidera, concorda/discorda, critica/aceita um saber” (Petri; Silva, 2016, p. 12). A meu ver, um dos efeitos dessa demarcação é justamente a (re)definição do sentido de *científico*, que, como foi visto, passa a significar um determinado fazer e não outro, ainda que, para o sujeito, pareça ser transparente. Sentido esse que, também o vimos, está em estreita relação com a formação ideológica e as instituições que a *mantêm* — no sentido de realizar a manutenção de suas condições de (re)produção —, espaço que abriga uma comunidade científica, as suas posições ideológicas, as suas formações discursivas, os seus saberes e a sua memória.

A (re)produção do sentido, advinda da memória de arquivo, é, outra vez, determinante. O significado de científico é, então, tomado como evidente e constante, um *já está aí*, mas que só a Gramática Comparada consegue *alcançar*. Essa “transparência” e “obviedade” manifestam-se no próprio discurso, em que se apreende que a Gramática Comparada não *inaugura* uma cientificidade: ela a *atinge*, alcança-a — “Podemos até mesmo afirmar que, em nosso século, assistimos à ascensão desses estudos [da linguagem] ao patamar de uma ciência”.

2.2 Às voltas com o Outro

A despeito do caráter aparentemente fechado de uma formação discursiva, com os seus saberes, existe sempre a possibilidade de falhas. Essa possibilidade, como dizem Courtine e Marandin (2016, p. 40), caracteriza-se pela *inconsistência* da FD, inconsistência essa que é “efeito do interdiscurso como exterior específico de uma FD no seu interior mesmo”. A sua inconsistência é devida à memória, que, ao fazer um recorte de todos os dizeres possíveis do interdiscurso, mantém com eles uma relação tensa que resulta na possibilidade constante do deslocamento de suas fronteiras, isto é, de seus recortes. Sendo, como dizem Courtine e Marandin (2016), o efeito do interdiscurso causa da inconsistência das FD, isso se deve ao fato de ele, o interdiscurso, ser constituído de todo o dizer *já-dito*. É por isso que o sujeito, ao constituir-se enquanto tal e, portanto, ser interpelado pela ideologia, tentará lidar com essa inconsistência em seu discurso, cujo funcionamento revela os efeitos do *Outro*, isto é, do interdiscurso (Orlandi, 2017, p. 21), que insiste em aparecer, produzindo efeitos de sentido.

Em meu *corpus*, o Outro ali subjacente ao estatuto de científico está ligado ao valor de Verdade. Na medida em que a ciência é aquela que apresenta a Verdade do mundo ao homem, é preciso inscrever a Gramática Comparada nessa posição. Deparo-me, novamente, com a necessidade de articular uma defesa de sentidos para um fato, qual seja, o do surgimento de um campo novo de estudos que se institucionaliza em uma conjuntura. Na medida em que o próprio Grimm filia-se a uma corrente teórica de uma determinada comunidade científica, então, ao dar-lhe sentido, ele dá-se sentido,

significa-se. Enquanto sujeito interpelado pela ideologia, ele encontra-se sob o efeito da evidência do sentido, o que não o exime, enquanto sujeito de uma formação discursiva marcada pela inconsistência, de mostrar a tensão da presença do Outro em seu dizer. Disso decorre o conflito, minimamente referido anteriormente, entre a Gramática Comparada e outros tipos de estudos sobre a língua, o qual implica a necessidade de negação do estatuto de cientificidade a esses *outros*. Ou seja, “[...] certos enunciados deixam entrever, às vezes, que existiria uma outra comunidade [científica]” interessada pelo “mesmo” objeto — a língua — e que representa, portanto, outra formação ideológica e discursiva, por vezes antagônica à do sujeito considerado (Moirand, 2020, p. 159-160). O movimento de sentido das sequências parece, então, ser o de exclusão e retomada — do outro e do Outro, respectivamente —, em que um mesmo objeto do discurso — o estatuto de cientificidade — é atravessado pela exclusão e pela precisão: aos outros, nega-se o lugar de Verdade (o Outro), que só pode ser atingido pelos métodos corretos, quais sejam os métodos empregados pela Gramática Comparada.

Observo que, nas SD VII e VIII, esse Outro aparece marcado no discurso: *e.g.* SD VII: “*Sou avesso a conceitos lógicos gerais na gramática; eles emprestam à definição um rigor e uma coerência ilusórios, e obstruem a observação, na qual eu vejo a alma da ciência da linguagem*”. Os outros são referidos, mas negados, e o Outro, a Verdade, a “alma da ciência”, o não-ilusório, é marcado textualmente. Na SD VIII: “*Se ignorarmos a observação que, indubitavelmente confiável, constitui o âmago de toda teoria desde o início, nunca nos aproximaremos do insondável espírito da língua*”. Confiabilidade, âmago, aproximação... Tudo isso conjugado com questões de método, a *observação*, que, por sua vez, implica o tipo de estudo que se faz a partir da observação, a saber, o estudo da estrutura interna (SD III, IV, V). Há um constante retorno dos efeitos de sentido atribuídos ao científico a partir do método. Da exclusão/negação dos outros, decorre a existência de uma só Verdade, e é esta que leva ao progresso (SD I, II, VI). O Outro se mostra único, não só por meio da ideia de que a Gramática Comparada, e somente ela, enquanto ciência, atinge a Verdade da língua enquanto objeto de ciência, mas também por meio da de que só há essa Verdade, isto é, só há esse modo de ser língua como objeto. Decorrencia direta disso é a “evidente” conclusão de que só há um modo de ser ciência da língua, daí os outros (e seus métodos, “os conceitos lógicos” e “gerais”) serem negados. Não coincidentemente, é justamente esse “único” modo de ser ciência da língua que

ocupa espaço hegemônico na Universidade alemã (Trabant, [2008] 2020), constituindo-se a disciplina central da ciência Linguística nesse espaço.

A aparente “univocidade” de sentido conflita com os diferentes dizeres que constituem o interdiscurso e, portanto, o Outro, e esse conflito aparece no discurso. A presença desses outros e do Outro tem de ser explorada em concomitância com o discurso que caracteriza o científico. Isso porque não se pode esquecer que os sentidos atribuídos ao científico demandados pelo sujeito são históricos, visto se relacionarem a uma memória sem “negar”, no entanto, o sentido “universal” de ciência como a Verdade. Pelo contrário: a tomada de posição faz com que se negue o *outro* — os outros estudos, os outros métodos —, na medida em que ele, o *outro*, reclama um sentido ao científico que é excluído pela memória de arquivo que constitui o discurso do sujeito constituído por sua filiação ao comparatismo. Como bem notam Petri e Silva (2016, p. 12), a tomada de posição do sujeito implica a discussão, repetição, negação e/ou problematização do discurso “[...] até que se promova um deslocamento das ideias teóricas historicamente definidas, de modo a romper com os dizeres até então ditos sem deixar, de alguma maneira, de convocá-los”. Efeito da sua interpelação do sujeito em uma formação ideológica, com as formações discursivas que lhe são constitutivas, decorre que o sentido não é nem universal, tampouco individual. Ele se define segundo a posição que ocupa o sujeito em uma formação social, que se projeta como posição discursiva em uma FD, mas é dissimulado pelo efeito da universalidade.

Tomando uma frase de Orlandi (2013, p. 27), o que distingue profundamente a atribuição de sentidos “[...] são propriedades inscritas na diferença de constituição de seus distintos processos de significação inscritos em sua materialidade linguístico-histórica”. Logo, a constituição do sentido é histórica (Orlandi, 2013, p. 26). A relação da Verdade com a Ciência está ali, mas o sentido que se atribui à ciência é resultante da identificação do sujeito com uma FD. Pois,

A formação discursiva [...] representa o lugar de constituição do sentido e de identificação do sujeito. Nela, o sujeito adquire identidade e o sentido adquire unidade, especificidade, limites que o configuram e o distinguem de outros, para fora, relacionando-os a outros, para dentro. Essa articulação entre um fora e um dentro são efeitos do próprio processo de interpelação (Orlandi, 2013, p. 77).

Em meu caso, essa identificação se dá com uma FD marcada por uma memória de arquivo que determina o sentido de científico, historiciza-o, sem excluir o Outro inatingível, necessário a essa determinação. É a tentativa de lidar com esse não-alcance que produz um movimento de sentidos conflituoso entre a retomada e a exclusão, marcadas textualmente pela retirada do direito dos outros de constituírem-se ciência, e pelo preenchimento (talvez, mais apropriadamente, pela saturação) do estatuto de cientificidade com os saberes da FD, de suas instituições e de sua memória de arquivo. Esse movimento do sujeito, ao tentar cercear o sentido pela exclusão, demonstra a volubilidade do sentido, sempre passível de ser outro, e revela o funcionamento da ideologia na língua e, portanto, da língua na história.

2.3 Dos efeitos de sentido

Pêcheux e Balibar (1971) observam que, para além da invalidação de outros estudos, um dos efeitos epistemológicos do surgimento de uma “ciência nova” é a afirmação de sua autonomia. A meu ver, essa afirmação sustenta-se nas sequências levantadas pela reiteração da incapacidade de os estudos linguísticos anteriores à Gramática Comparada alcançarem o lugar de ciência, este entendido nos termos outrora analisados, ainda que minimamente. Por sua vez, a insistência nesse “não-alcance” se articula a questões de métodos, como, mais explicitamente, nas SD VII e VIII, e menos explicitamente nas SD I, II, IV e VI. Vê-se a repetição de uma ausência de “progresso”, portanto, o efeito de sentido de estagnação, ou, como em SD I, a ideia de uma “renovação”, um refazer, um inovar, rejuvenescer e, por que não, modernizar. Modernização essa que acompanha a própria “renovação” e “modernização” do espaço universitário que acolhe esses estudos. Auroux (2006) bem destaca que o desenvolvimento da Universidade prussiana contribuiu para a reformulação das exigências da produção do conhecimento:

Em um seminário, os estudantes não são passivos; eles têm leituras das quais devem dar conta diante de seus colegas; paralelamente, devem apresentar seus trabalhos perante seus colegas e professores. O desenvolvimento da Universidade prussiana (em grande parte devido à impulsão inicial de F. W.

Humboldt) aumentou o fenômeno: pressão demográfica, publicações, doutorado. Nesse sistema, um doutorado obedece a duas exigências: ele deve dar conta de trabalhos anteriores e apresentar qualquer coisa de novo. O progresso é uma exigência da ciência (Auroux, 2006, p. 114-115)¹³.

A estagnação, portanto, atrela-se ao atraso, ao ultrapassado, às instituições que, a exemplo da França, abrem espaço para a “velha forma de pensar sobre língua e linguagem”, enquanto a nova ciência traz “novidade”, a saber, a comparação da estrutura interna, e é isso que a faz *ciência*, na medida em que é justamente a diferença nas maneiras de proceder que asseguram, para o sujeito, a ruptura epistemológica com a ideologia em que uma ciência surge (Petri; Silva, 2016, p. 14). Interessante notar a marcação temporal “1770”, em que são reconhecidos os princípios de uma inovação, que se consolida com a Gramática Comparada. O efeito de progresso não só é percebido como alcançado, mas esse alcance se dá em um intervalo de tempo, precisamente situado na passagem do século XVIII para o século XIX, neste último ocorrendo a sua consolidação *de facto*.

Ainda sobre a reivindicação de uma autonomia por parte da ciência nova, Pêcheux e Balibar (1971) observam que, em geral, ela é significada pela proposição de um método a partir do qual se possa operar com o dado. Como se viu, em praticamente todas as seqüências, o método funciona produzindo efeitos de sentido sobre o científico. Na medida em que a posição-sujeito analisada se identifica com a formação discursiva em que o científico significa de um jeito, e não de outro, e na qual a Gramática Comparada é passível de ser qualificada enquanto ciência, ocorre o litígio, o controle e a disputa pelo sentido (“É assim que se faz ciência da linguagem, não desse outro jeito”, ou “Nós fazemos ciência da língua, vocês não”, ou “A Gramática Comparada é ciência, a Lógica e a Gramática Geral, não”). Dessa forma, reitera-se o não-alcance, a estagnação, a ultrapassagem. Demarcação e autonomia são significadas pela atualização, pelo progresso, que é caracterizado pelos efeitos de sentido produzidos sobre o científico a partir de uma relação com a leitura que se faz do método. Método esse que, em última instância, (I) conduz à unidade da língua por um princípio outro que não a suposição de

¹³ No original: “Dans un séminaire, les étudiants ne sont pas passifs; ils ont des lectures dont ils doivent rendre compte devant leurs camarades; pareillement, ils doivent présenter leurs travaux devant leurs camarades et leurs professeurs. Le développement de l’Université prussienne (largement due à l’impulsion initiale de F.-W. Humboldt) a accru le phénomène: pression démographique, publications, doctorat. Dans ce système un doctorat obéit à deux contraintes: il doit tenir compte des travaux antérieurs et présenter quelque chose de nouveau. Le progrès est une contrainte de la science”.

uma razão humana universal, mas a estrutura interna; e que (II) constitui o tratamento que é conferido ao dado linguístico fartamente produzido por outros, o qual é deslocado para um novo espaço de problemas e, aí, torna-se construção arquivística que produz memória e (re)produz os efeitos de sentido sobre a produção de conhecimento científico. Nesse sentido, percebe-se que a tomada de posição em torno da cientificidade da Gramática Comparada realiza-se na possibilidade de que a ruptura que se defende existir em relação aos estudos linguísticos anteriores seja assegurada pela continuidade do corte operado através da apresentação de procedimentos diferenciados. Apresentação essa, por sua vez, que se constrói sobre o argumento do método em torno do qual o discurso se (re)organiza e que garante não só a autonomia da disciplina como o seu distanciamento teórico em relação às demais.

Como recordam Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997, p. 164), “[...] só se destrói senão o que se substitui”. Vê-se, pois, que é preciso, antes, retirar outros estudos do lugar de Verdade para que a Gramática Comparada possa ocupá-lo inteiramente. Gesto esse, por sua vez, falho, na medida em que o preenchimento desse lugar pela Gramática Comparada (e, conseqüentemente, pelo sujeito que se reconhece, em sua filiação com essa corrente, como sujeito produtor de cientificidade) não se efetiva, pois esses estudos, cujo direito à posição de Ciência e de Verdade é “retirado”, sempre retornam, denunciando o caráter volúvel do sentido e a sua determinação histórica. A saturação, necessária à precisão do sentido que dará conta da exclusão/destruição, revela o retorno, o resquício, o rastro, a incompletude, o real da língua, que falha.

3 Um gesto de encerramento

Páginas atrás, trouxe uma citação de Orlandi (2000), na qual a autora afirma que a particularidade advinda de um sujeito que é também autor de ciência é o seu comprometimento com uma “certa ordem do discurso” e com as “instituições tal como elas administram o conhecimento dentro de uma formação social”. Na medida em que “[...] a ordem da língua e a da história, em sua articulação e seu funcionamento, constitui a ordem do discurso” (Orlandi, 2013, p. 77), os efeitos de sentido em torno do estatuto

de cientificidade que é defendido para a Gramática Comparada fornecem alguma luz sobre os processos históricos da produção de sentidos reconhecidos pela posição sujeito a que Grimm é conduzido em sua interpelação pela ideologia, bem como o seu grau de comprometimento com a instituição que vincula os conhecimentos que ele, na condição de sujeito, reconhece como científico. Afinal, sujeito e sentido constituem-se juntos. É no movimento sócio-histórico em uma conjuntura determinada que se dá essa constituição; isto é, sujeito e sentido significam não por si, mas pelas condições históricas que os envolve, o que inclui a posição social que ocupa o sujeito em uma formação social num determinado momento e que se projeta na linguagem.

A tomada de posição do sujeito quanto ao fato de que um determinado campo produz conhecimento científico revela algo de seu funcionamento no discurso e dos efeitos do sentido produzidos pela projeção de sua posição na linguagem. Afinal, retomando Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997), para surtir esses efeitos, é preciso que as condições de existência do efeito estejam dissimuladas. A dissimulação exige os esquecimentos constitutivos do sujeito e do dizer: o primeiro, a sua interpelação pela ideologia; o segundo, a sua incapacidade de controlar o sentido. É necessário que o sujeito tenha sido interpelado enquanto tal pela ideologia para que reconheça na materialidade linguística o que pode e deve ser dito e lido em uma determinada formação discursiva constitutiva de uma formação ideológica. Linguagem e ideologia atuam juntos na produção de sentidos e na constituição do sujeito. Como diz Orlandi (2013, p. 77), “[...] o sujeito se submete à língua(gem) [...] em um gesto, um movimento sócio-historicamente situado, em que se reflete a sua interpelação pela ideologia”.

O fato da institucionalização da Gramática Comparada, ao demandar defesa de sentidos, produz efeitos sobre o processo discursivo do sujeito que se compromete, sem se dar conta, com a rede de sentidos na qual se inscreve e à qual se filia, esquecendo-se de que a inscrição de *científico* em outra rede produzirá sentidos outros. Esse esquecimento impõe-lhe a necessidade de lidar com essa possibilidade de equívoco, que o sujeito tenta contornar pela insistência, pelos adjetivos, pela precisão temporal, isto é, pela *língua*, a qual falha, pois ela funciona na história. A tentativa de contornar-lhe e cercear os sentidos demonstram o grau de comprometimento desse sujeito, autor de ciência, com a instituição que abraça a sua vertente teórica de estudos e cujo prestígio se impunha em uma conjuntura determinada como a disciplina definidora da “nova

ciência”, a Linguística. É justamente o caráter de novidade — a novidade de seus métodos, as informações novas (e mais “precisas”, afinal, está-se a falar de uma *ciência empírica*) que essa “nova ciência” pode fornecer sobre a língua — que faz funcionar sujeito e discurso nas sequências produzidas por Grimm, pois é o que define o conteúdo do termo “ciência” (e do seu correlato, “científico”) e assegura a sua atribuição à Gramática Comparada nesse momento da língua tomada na história. Definição essa que é, em última instância, uma leitura ideologicamente orientada e necessariamente recalçada, mas que sempre retorna.

Referências

- AMSTERDAMSKA, Olga. **Schools of Thought: The Development of Linguistics from Bopp to Saussure**. Dordrecht: Reidel, 1987.
- AUROUX, Sylvain. Introduction. *In*: AUROUX, Sylvain. (Org.). **Histoire des idées linguistiques**, T. I. Liège-Bruxelas: Pierre Mardaga, 1989. p. 13-37.
- AUROUX, Sylvain; HORDÉ, Tristan. Les grandes compilations et les modèles de mobilité. *In*: AUROUX, Sylvain. (Org.). **Histoire des idées linguistiques**, T. II. Liège-Bruxelas: Pierre Mardaga, 1992. p. 538-579.
- AUROUX, Sylvain; BERNARD, Gilles; BOULLE, Jacques. Le développement du comparatisme indo-européen. *In*: AUROUX, Sylvain. (Org.). **Histoire des idées linguistiques**, T. III. Liège-Bruxelas: Pierre Mardaga, 2000. p. 155-171.
- AUROUX, Sylvain. Les modes d’historicisation. **Histoire Épistémologie Langage**, Paris, v. 28, n. 1, p. 105-116, 2006.
- COURTINE, Jean-Jacques; MARANDIN, Jean-Marie. Que objeto para a Análise do Discurso?. *In*: CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques; MARANDIN, Jean-Marie; PÊCHEUX, Michel (Orgs). **Materialidades discursivas**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2016. p. 33-54.
- GRIMM, Jacob. **Deutsche Grammatik**. Göttingen: Dieterichsche Buchhandlung, 1822.
- GRIMM, Jacob. **De l’origine du langage**. Paris: Librairie A. Franck, [1851] 1859.
- HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul (1971). A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. *In*: BARONAS, Roberto Leiser (Org.).

Análise de Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. Araraquara: Letraria, [2007] 2020. p. 17-39.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma Análise Automática do Discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 13-38.

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. *In*: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília (Orgs.). **Práticas discursivas e identitárias:** sujeito & língua. Porto Alegre: Nova Prova; PPG–Letras/UFRGS, 2008. p. 9-33.

KUHN, Thomas. Comment on the Relations of Science and Art. **Comparative Studies in Society and History**, v. 11, n. 4, p. 403-412, 1969.

MOIRAND, Sophie. Discursos sobre a ciência e posicionamentos ideológicos: retorno sobre as noções de formação discursiva e de memória discursiva. *In*: BARONAS, Roberto Leiser (Org.). **Análise de Discurso:** apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. Araraquara: Letraria, [2007] 2020. p. 152-193.

MORPURGO DAVIES, Ana. **History of Linguistics**, V. IV: Nineteenth Century Linguistics. Nova Iorque: Addison Wesley Longman Inc., 1998.

NUNES, José Horta. O discurso documental na História das Idéias Lingüísticas e o caso dos dicionários. **Alfa**, São José do Rio Preto, v. 52, n. 1, p. 81-100, 2008.

ORLANDI, Eni. Apresentação. Um fato, um acontecimento, uma história: idéias lingüísticas no Brasil. **Relatos**, 6, Campinas: 2000. Disponível em: https://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_o6.html. Acesso: 10 maio 2022.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso:** Princípios & Procedimentos. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni. **Língua e conhecimento linguístico:** para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2013.

ORLANDI, Eni. Análise de Discurso. *In*: ORLANDI, Eni; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzi (Orgs.). **Discurso e Textualidade**. Campinas: Pontes, 2017. p. 13-35.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (1969). *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma Análise Automática do Discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 61-161.

PÊCHEUX, Michel; BALIBAR, Étienne. Definições. *In*: FICHANT, Michel; PÊCHEUX, Michel. **Sobre a História das Ciências**. Lisboa: Estampa, 1971. p. 11-16.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. *In*: ORLANDI, Eni (Org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994. p. 49-59.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da UNICAMP, [1975] 1995.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 163-252.

PETRI, Verli; SILVA, Kelly Fernanda Guasso da. Apontamentos sobre produção do conhecimento e prática científica em escritos de Michel Pêcheux. **Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, n. 37, p. 9-27, 2016.

TRABANT, Jürgen. **A linguagem, objeto do conhecimento**. São Paulo: Parábola, [2008] 2020.

Recebido em 13/08/2023.

Aprovado em 31/05/2024.